ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP

Termo de Referência 32/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2026	380223-ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP	EDINEIA SOLANGE BORGES INACIO	09/09/2026 16:40 (v 0.5)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	103/2026	006.00395098/2026-51

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de materiais de consumo diversos, destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e de apoio do Complexo Penal de Reginópolis (Penitenciária “Tenente PM José Alfredo Cintra Borin”/ Penitenciaria “Sargento PM Antônio Luiz de Souza”), com entrega única, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Quantidade	Código Compras	Código BEC	unid forn	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	2	615722	2628384	1 unidade	Amassadeira; Voltagem 380v - Motor Trifasico-02 Velocidades; Com Capacidade para 50kg de Massa Pronta; Medindo Aprox. (1250 x 780 x 1250)mm = (pxlxa),modelo Espiral,tacho Em Ferro Fundido; Potencia de 4.0 Cv,contendo Certificado de Garantia e Manual de Instrucoes;	R$ 19.793,90	R$ 39.587,80
2	12	483429	4410718	1 unidade	Armario Vestiario; Em Aco; Acabamento Em Pintura Eletrostatica Em Tinta Epoxi Po; Na Cor Cinza; Medindo (1970 x 1225 x 420) mm=(a x l x P); Com 16 Vaos, Sobrepostos de 04 Em 04; Com Dispositivo para Colocacao de Cadeado; Venezianas para Ventilacao Em Cada Porta; Espessura Minima de 0,60 Mm (chapa N. 24); Base Com Sapatas (pes) Em Polipropileno; Com Prazo de Garantia de No Minimo 12 Meses;	R$ 1.500,00	R$ 18.000,00
					Batedeira; Tipo Industrial, Planetaria; Com Capacidade Minima para 4,3 Litros; Com		

3	2	632259	4897889	1 unidade	Corpo Em Metal Fundido; Tigela Em Aco Inox; Com No Minimo 3 Batedores Em Aco Inox; Cabeçote Basculante; Potencia do Motor Minima de 400w; Tensao de Alimentacao Bivolt (110/220)v; Com Garantia Minima de 1 Ano Apos Entrega do Equipamento; Assistencia Tecnica No Sistema Balcao;	R$ 499,60	R$ 999,20
4	4	619006	5556643	1 unidade	Bebedouro Eletrico; de Tipo Industrial, Com Capacidade de 25 Litros; Gabinete Em Fabricado Em Aco Inox 430 (brilhante); Materia Prima Frontal de Aco Inox 430; Com 02 Torneiras Em Metal Cromado; Sendo Removiveis e Desmontaveis P/ Higienizacao; Reservatorio Em Polipropileno Resistente e Atoxico; Com Serpentina Interna Em Aco Inoxidavel Aisi 304; Medindo Aproximadamente (105 x 40 x 50) Cm (alt x Larg x Prof);; para Uso Externo e Interno; Com Tensao de Alimentacao 220 Volts; Certificacao Compulsoria do Certificacao Compulsoria do Inmetro; e Garantia de Garantia de 12 Meses;	R$ 1.548,00	R$ 6.192,00
5	2	240187	2764792	1 unidade	Cafeteira; Aco Inox; Com Capacidade para 04 Litros; Tensao de Alimentacao 220 Volts; Industrial,cilindrica Vertical; Modelo C /termostato,indicador de Nivel de Agua e Cafe,torneira P/agua e Cafe;	R$ 960,30	R$ 1.920,60
6	12	626495	6114300	1 unidade	Carro de Transporte Manual; de Aco Carbono, Estrutura Reforcada; Pintura Industrial; para Transporte de Caixas Pesadas e Pecas; Tipo Carro Plataforma; Modelo Aberto; Cabo de Tracao Em Forma de "t" Com Articulacao : 100 Cm, Sem Abas; Medindo Dimensoes: Comprimento 150cm, Largura 80 Cm, Altura do Chao x Plataforma 45 Cm; Capacidade 800 Kg; Rodas Macicas Com Sistema de Freio; 04 Rodas;	R$ 1.875,00	R$ 22.500,00
7	18	473221	6183247	1 unidade	Carro de Transporte Manual; de Aco Inox Aisi - 304; Polido; para Transporte de Marmitas; Tipo Plataforma; Fechado Nas Laterais Em Tela Aramada Frontalmente, contendo 1/2 Tampa de Abertura; Perfil de Aco Inox Aisi - 304; Pegador Em Aco Inox; Medindo No Minimo (1130 x 600 x 650) mm; Capacidade Minima de 150 Kg; Com Rodizios de 6" Em Pu; Com 4 Rodas, Sendo 02 Fixos e 02 Giratorios;	R$ 2.750,63	R$ 49.511,34
					Carro de Transporte Manual; de Aco Inox Aisi 304, Com No Minimo 1,2 Mm de Espessura; Tipo Chassi (tartaruga); Plano, Aberto, Vazado, No Formato Retangular; Com Puxador Em Barra de Comprimento Minimo de 650mm; Medindo No Mimino		

8	6	347459	4951433	1 unidade	(600 x 400) Mm (c x L); Capacidade para Pelo Menos 150kg; Com Rodizios Giratorios de No Minimo 4" Diametro; No Total de 4 (quatro), Sendo 2 (dois) Com Freios; **FOTO ILUSTRATIVA:** 	R$ 1.300,00	R$ 7.800,00
9	8	624571	6343074	1 unidade	Carro de Transporte Manual; de Aco Inox; Escovado; Com Cuba; Em Aco Inox; Estrutura Reforcada; Dreno Com Valvula de Esfera; Com Alca; Medindo No Minimo (924 x 650 x 800) Mm (c x l x A), Sendo a Cuba Min.(844 x 570 x 400) Mm (c x l x A) com tampa; Capacidade para 190 Litros; Com Rodizios de No Mínimo 5" Com a Base Em Aco Inox; Total de 04 Rodas; **FOTO ILUSTRATIVA:** 	R$ 3.200,00	R$ 25.600,00
10	2	636224	4950062	1 unidade	Carro de Transporte Manual; de Aco Inox; para Transporte de Marmitas, Alimentos; Tipo Isotermico, Com Cuba Basculante Suspensa; Aberta Na Parte Superior, Tampa Em Aco Inox (com Puxador), Formato Retangular; Estrutura Em Base Plana Com Suporte Em Hastes Tubulares para a Cuba; Isolamento Termico Em Poliuretano Ou La de Vidro; Alca Tubular Em Aco Inox; Medindo No Minimo (45 x 60 x 75) Cm; Capacidade Minima para 60 Litros; Rodizios Com Diametro Minimo de 4"; No Total de 4 (quatro), Sendo No Minimo 2 (dois) Giratorios, Com Freios; **FOTO ILUSTRATIVA:**	R$ 3.510,00	R$ 7.020,00

							
11	2	615701	4990188	1 unidade	Cilindro Sovador; Corpo Em Chapa de Aco Sae 1020, Com Acabamento Empintura Epoxi; Com Capacidade para 15kg; Com 2 Rolos; Medindo (125x500)mm Cada; Com Abertura de 24mm Dos Rolos; Correias Com Sistema de Aperto Rapido; Botoes de Emergencia Com Duplo Comando; Abertura Dos Rolos Atraves de Manipulos; Indicador de Espessura Visual; Medindo (1440 x 720 x 1300)mm (axlc); Potencia Com 2 Motores de 1,5 Cv Cada; Velocidade de 115 Rpm, 4 Palas; Voltagem de380v, Trifasico; Contendo Bandejas Em Aco Inox e Pedestal; Garantia Com Certificado de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega do Produto, Manual de Instrucoes;	R$ 10.800,00	R$ 21.600,00
12	12	282114	6275087	1 unidade	Coletor de Residuos Solidos - Container; Em Polietileno de Alta Densidade Extremamente Resistente a Impactos; Superficies Internas Polidas e Cantos Arredondados; Medindo No Minimo (710x1112x1380)mm (lxaxp); 500 L; Cor Cinza Escuro (chumbo); 1 Tampa, Fixada Por 02 Dobradicas; 2 Munhoes Laterais Basculares; Base Com 4 Rodizios Em Borracha Macia Giratorios,com Trava de Segurança Em 2 Rodizios; Sem Pedal; Com Dreno para Liquidos; Acompanha Certificado de Garantia e Manual do Usuario;	R$ 1.504,90	R$ 18.058,80
13	12	422754	6193633	1 unidade	Estante Multiuso; Em Aco Inox Aisi 304 Liga 18.8; para Cozinha Industrial; Medindo (1600x600x1800)mm=(lxpxa); Com 03 Prateleiras Fixas, Paineis Laterais Vazados para Regulagem de Altura; Com Garantia Minima de 12 Meses	R$ 1.627,75	R$ 19.533,00
14	10	474332	2032252	1 unidade	Estufa para Fermentacao de Massas; Construida Em Chapa de Aco Inox Aisi 304; Modelo Vertical; Medindo Aproximadamente (58 x 70 x 190) Mm - (lxpxa); Composto de 01 Porta Frontal - e Internamente Complanos Contendo 20 Bandejas; Base Contendo 04 Rodizios; Fabricado de Acordo Com As Normas Tecnicas Vigentes; Acompanha Certificado de Garantia e Manual de Instrucoes; Acondicionado de Forma Adequada,de Modo a Evitar Choque, Oriundo de Manuseio e Transporte;	R$ 2.405,90	R$ 24.059,00

15	14	601645	5875803	1 unidade	Exaustor Axial; Em Chapa Metalica; Dimensoes Aproximadas: 500 Mm Helice; 550mm Grade; Diametro de 500 Mm Das Helices e 550 Mm Aranha Defixacao; Motor de 1/3 Hp; Aproximadamente 1680 Rpm; Vazao Minima 6.500 M3/h; Helice Metalica; Tensao de 220 Volts; Garantia Minima de 3 Meses;	R$ 766,10	R$ 10.725,40
16	3	393610	5960061	1 unidade	Fogao Industrial; Modelo de Piso, Alta Pressao, 04 Bocas; Com Estrutura Em Inox e Ferro Fundido; Alimentacao a Gas Glp; Com 04 Queimadores de 120mm; 04 Grelhas Em Ferro Fundido, Removiveis Com Pintura Termo Resistente; Medindo (40 x 40) Cm; Bandeja Coletora de Gordura e Impurezas, Confeccionada Em Chapa Galvanizada; Pintura Eletrotastica Na Cor Inox, Com Valvula Reguladora, Consumo 0,450 Kg/h, Potencia 5.130 Kcal/h; Sem Forno, Sem Chapa, Sem Banho Maria; Dimensoes (80x106x115) Cm (a x l x P); Com 4 Pes; Com Garantia Minima de 12 Meses Apos a Entrega; On-site;	R$ 1.457,32	R$ 4.371,96
17	2	308631	1888218	1 unidade	Forno; Tipo Industrial,estrutura de Cantoneiras Em Aco Inox,revestimento Interno/ Externo Em Aco Inox; Eletrico, portas Com Visor de Vidro Temperado; Aco Inox; Convencional; Medindo No Minimo (1,17 x 1,90 x 1,30) M(lxaxc); Com Capacidade Minima para Produzir 720/900 Paes Por Hora; Contendo 10 Assadeiras; Possui Vaporizador para Assar Com Umidade Controlada e Vapor para Cozimento; 01 Camara; Isolamento Termico Em La de Vidro; Base Em Perfil de Inox Com Rodizios de 6",sendo:02 Fixos e 02 Giratorios; Controle de Temperatura Atraves de Termostato Na Faixa de 50 a 300/ Centigrados; para Seguranca de Operacao Equipado Com Termostatofixo para Desligamento Geral; Na Voltagem 380v Trifasico; Com Garantia Minima de 01 Ano Apos a Entrega do Equipamento,on Site; Acondicionado de Forma Adequada, de Modo a Evitarchoque,oriundo de Manuseio e Transporte;	R$ 9.300,00	R$ 18.600,00
18	2	445210	4578066	1 unidade	Freezer Domestico; Dupla Funcao Freezer / Refrigerador, Com Duas Portas; Tipo Horizontal; Capacidade Minima 510 Litros; Na Cor Branca; Gabinete Externo e Interno Com Chapa de Aco; Medindo Aproximadamente (940 x 1470 x 780)mm= (axlxp); Consumo Aproximado 85 Kwh/mes; 220v; Contendo 01 Grade, 4 Pes Com Rodizio, Dreno Frontal e Termostato No Painel Frontal; Com Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	R$ 3.400,00	R$ 6.800,00

19	2	292891	6431631	1 unidade	Lavadora de Alta Pressao; Uso Intensivo (ate 20h Semanais); Pressao de Trabalho Maxima 2300 Psi; Vazao Minima 550 L/h; Motor a Inducao Eletrica, 220 Volts; Potencia do Motor 2500 W; Cabo Eletrico 5 Metros; Mangueira de Alimentacao de Trama de Aco; Mangueira de Alta Pressao 10 Metros; Pistola de Alta Pressao Com Conexao de Rosca M22; Pesando 24,5 Kg (bruto) Ou 18 Kg (peso Liquido); Acompanha: 1 Lanca de Inox Com Conexao Rapida Em Latao; 4 Bicos Com Conexao Rapida (0°, 15°, 25° e 40°); 1 Bico Turbo Com Conexao Rapida; 1 Mangueira de Alta Pressao Com 10 m de Trama de Aco; Bomba Axial Com Cabecote de Aluminio; Pistoes de Aco Inox; Cabo Eletrico de 5 Metros; Espigao para Conexao Da Mangueira; 2 Rodas para Transporte; Alca Ergonomica Retratil e Emborrachad; Com Garantia Minima de 12 Meses; Bomba Axial Com Cabecote de Aluminio; Pistoes Deaco Inox; Sistema Stop Total; Gatilho Com Trava de Seguranca; Filtro de Agua; Espigao para Conexao Da Mangueira; Botao Liga e Desliga Ergonomico; Suporte para Acessorios;	R$ 2.360,00	R$ 4.720,00
20	4	449465	2253640	1 unidade	Liquidificador; Tipo Industrial; Com Capacidade Minima para 10 Litros; Com Copo de Aco Inox Aisi 304,com Alca; Base de Aco Inox Aisi 304; Lamina Em Aco Inox; Tensao de Alimentacao 220 V; Com Velocidade; Pes Antederrapantes; Com Garantia Minima de 1 Ano Apos a Entrega do Equipamento; No Balcao; Com Certificacao Compulsoria do Inmetro	R$ 800,00	R$ 3.200,00
21	8	457008	4191137	1 unidade	Mesa; para Cozinha Industrial; Com Tampo Em Aco Inox Aisi 304 Liga 18.8; No Formato Retangular; Com Tampo Medindo (2000x700)mm; Na Altura Total de 850 Mm, Contendo Espelho de 150mm de Altura; Estrutura Em Aco Inox; de Secao Tubular; Modelo 04 Pes Com Reforco Estrutural, contendo Sapatas Niveladoras Antiderrapante; Com Garantia de No Minimo 12 Meses	R$ 1.850,00	R$ 14.800,00
22	2	445678	5628059	1 unidade	Modeladora; de Paes, Estrutura Em Aco, Acabamento Em Pintura Pintura Epoxi; Potencia Minima 1/4 Cv; 380 V, Trifasico; Medindo Aprox: (1200 x 740 x 1150) Mm; Peso Aproximado 96 Kg; Com Capacidade Minima 1500 Paes/h, de 20 Gr a 1000 Gr; Esteira Transportadora para Cilindro, Rolamentos Blindados; Cilindros Em Aco de Cromo Duro, Limpador Automatico Em Nylon; Garantia Minima 12 Meses;	R$ 5.269,36	R$ 10.538,72
					Moedor de Carne; Modelo Industrial; Em Aco Inox Aisi-304 Por Completo; Com		

23	2	445211	6450202	1 unidade	Protetor de Seguranca; Com Capacidade para Moer Em Disco 5mm (15kg/min Ou 900kg/h); Boca Em Aco Inox, Projetado Com 6 Ranhuras; Com Diametro de Aproximadamente 10cm (externo); Moedor Com Dois Discos: Furos de 5 Mm; Discos Em Aco Com Tratamento Termico; Corte Duplo e Triplo, Em Inox, Moe Carne Congelada; Cruzeta Em Aco Inox, Com Tratamento Termico; Caracol/volante Em Aco Inox; Com 4 Engrenagens Helicoidais, Imersas Em Oleo (carter Blindado); Bandeja Fixa, Em Aco Inox e Protetor de Seguranca Aco Inox Impedindo Acesso Na Area de Esmagamento; Contendo Base Com Pes de Borracha e Sapatas Regulaveis; Botoes Liga/desliga, Moer, Emergencia, Reset, e Chave de Seguranca Magnetica; Chave Geral Com Tranvamento Manual; Acompanha: Pre Cortador, Cruzeta Dupla, Disco, Anel Extreito e Anel Largo; Tensao de Alimentacao 220v (Monofásico); 7,5 Kw (10 Cv), 60,50hz, 6 Correias, Sistema de Polias e Correias Em "v", e Fases; Com Consumo de 8,85 Kw/h; Com Garantia Minima de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega do Produto; Assistencia Tecnica On Site; Legislacao de Acordo Com As Normas Vigentes para o Produto;	R$ 7.065,00	R$ 14.130,00
24	1	439239	6295525	1 unidade	Refrigerador Domestico; Frigobar; Capacidade 124 Litros; Branco; Prateleira Removivel; Dimensoes Aprox: (86 x 51 x 52) = (l x a x P); 220v; Peso Aprox: 23 Kg; Garantia Minima 12 Meses; Com Selo Procel Classificacao Letra A;	R$ 1.097,00	R$ 1.097,00
VALOR TOTAL							R$ 351.364,82

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
1.2. Os bens objeto desta contratação não são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é da data de emissao de nota de empenho até 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei n°14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação
1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:
4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os princípios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que diz respeito à aquisição de materiais duráveis, eficientes e com menor impacto ambiental.

Garantia da contratação
4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.
5.2. Caso não seja possível a entrega na data solicitada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (02) dois e antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, dias úteis ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Locais de Entrega
5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço

Unidades	Endereço completo para entrega
COMPLEXO PENAL DE REGINOPOLIS (Penitenciaria “Tenente PM Jose Alfredo Cintra Borin” de Reginópolis) Almoxarifado P1	ESTRADA VICINAL ROBERTO KASSIM, KM 4,0 - BAIRRO: CENTRO PRISIONAL - CEP: 17.196-901 adm@p1regi.sap.sp.gov.br /financas@p1regi.sap.sp.gov.br **HORÁRIO DE ENTREGA: 08H00 AS 11H00 E DAS 13H00 AS 16H00**
COMPLEXO PENAL DE REGINOPOLIS (Penitenciaria “Sargento PM Antônio Luiz de Souza” de Reginópolis) Almoxarifado P2	ESTRADA VICINAL ROBERTO KASSIM, KM 4,1 - BAIRRO: CENTRO PRISIONAL - CEP: 17.196-902 adm@p1regi.sap.sp.gov.br /financas@p1regi.sap.sp.gov.br **HORÁRIO DE ENTREGA: 08H00 AS 11H00 E DAS 13H00 AS 16H00**

5 .2.1 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, quando aplicável, as medições do objeto executado e aprovará os documentos apresentados pelo Contratado para fins de verificação do cumprimento contratual (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, quando aplicáveis:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar;
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, nos termos do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, bem como incidirão juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento
8.2. O fornecimento do objeto será com entrega Única.

Exigências de habilitação
8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;
8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
8.10. ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta

Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da
Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.22. Tratando-se de consórcio:

8.22.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.22.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.22.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e

habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.22.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:
8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 351.364,82

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 351.364,82 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos). para o presente exercicio, conforme custos unitários e totais apostos no item 1 deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
I) Gestão/Unidade:00001/380223
II) Fonte de Recursos: 150010001;
III) Programa de Trabalho: 14421381565790000;
IV) Elemento de Despesa: 33903013 e 33903090.

REGINOPOLIS/SP

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Encaminho Termo de Referencia nº 32/2026 para aprovação

EDINEIA SOLANGE BORGES INACIO

Chefe de Serviço de Administraçâo

Assinou eletronicamente em 09/09/2026 às 16:40:12.

Despacho: APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA nº 32/2026, em conformidade com o disposto no Inciso XXIII art. 6º da Lei Federal n.º 14.133 /2021

ALESSANDRO TONHAO RIQUETI

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 09/09/2026 às 16:40:48.